Estava salvo o grande acervo cultural português, salvo do incêndio, salvo da destruição e da pilhagem próprias de uma guerra, salvo dos perigos de uma longa e incerta travessia marítima.

O primeiro pouso. Data oficial da fundação

Para acomodar o precioso acervo, foi requisitado, por decreto real de 27 de junho de 1810, o andar superior do Hospital da Ordem Terceira do Carmo, nos fundos da igreja do mesmo nome, entre os atuais Beco do Carmo e Beco dos Barbeiros, com entradas pela Rua Direita, hoje Rua Primeiro de Março, e pela Rua do Carmo. Era o primeiro pouso da Biblioteca Nacional. Alguns meses depois, informado de que esse espaço era insuficiente e muito escuro, o príncipe regente revogou o decreto acima e determinou que, "sem embargo de quaisquer leis", a Biblioteca passasse a ocupar também as "catacumbas" ou porões do mesmo edifício, onde se podia ter "uma mais própria e decente acomodação para a dita livraria". O novo decreto foi assinado em 29 de outubro de 1810, e essa data foi oficializada como a da fundação da Biblioteca Nacional. Teria sido mais lógico ter-se arbitrado como a data oficial da fundação da Biblioteca o dia 27 de junho de 1810, quando ela foi realmente instalada, depois de ter ficado encaixotada, em diversos lugares, por mais de dois anos. Em 19 de outubro de 1810 ela apenas passou a ocupar mais um andar do Hospital da Ordem Terceira do Carmo. No ano seguinte, em 13 de maio de 181111, a Biblioteca foi franqueada ao público, se bem que ainda de maneira seletiva, isto é, "aos estudiosos, que para isso obtinham, com facilidade, prévio consentimento régio". O autor do documento anônimo aqui já citado (Anais, v. 19, 1897, p. 232) afirma que essa concessão especial "nunca era regateada", o que vem provar, como veremos adiante, que a mentalidade elitista vigente na Metrópole portuguesa já sofria o seu primeiro revés, nesse contato com os ares do Brasil. A partir de 1814 essa necessidade de prévia autorização foi suprimida e a Biblioteca ficou plenamente aberta à população.